**PORTARIA Nº 528/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 08 DE JUNHO DE 2020.**

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU)

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional da servidora FERNANDA CRISTINA DOS PASSOS LOBATO, Agente Prisional, acerca do extravio de parte do valor, que estava sob sua responsabilidade, destinado ao pagamento de presos do Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, que exerciam atividade laboral no interior da unidade prisional, conforme relatado no Memo. nº 392/2020-CRPP3/SEAP, de 11/02/2020; e de acordo com a decisão da SAI nº 5382/2020-CGP/SEAP. A servidora infringiu, em tese, o art. 177, IV, VI e IX, "b", art. 178, XIV, e 190, XIX do RJU. Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano – Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica – membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo – membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 552364

**PORTARIA Nº 527/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 08 DE JUNHO DE 2020.**

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor OLIVAL DE FARIAS COSTA NETO, Agente Prisional lotado no Centro de Reeducação Feminino, acerca de suposta inobservância aos deveres funcionais, falta de urbanidade, desrespeito aos regulamentos e aos princípios éticos que regem a atuação laboral dos servidores desta Secretaria, conforme apurado na Sindicância Administrativa Investigativa nº 5187/2019-CGP/SEAP. O servidor infringiu, em tese, o art. 177, II, VI, art. 178, XI, c/c art. 189, do RJU.

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado – Presidente; VITOR RAMOS EDUARDO, Procurador Autárquico e Fundacional – membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo – membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Encaminhar cópia desta PORTARIA à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro na ficha funcional do servidor e à Comissão de Análise de Estágio Probatório para conhecimento.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 552367

LICENÇA MATERNIDADE

**PORTARIA Nº 1474/2020 - DGP/SEAP
BELÉM/PA, 09 DE JUNHO DE 2020.**

Nome: CLAUDIA RODRIGUES COSTA, Matrícula nº 5893322/3; Cargo: Técnica em Enfermagem.

Assunto: Licença Maternidade

Período: 21/05/2020 a 16/11/2020 (180) Dias.

Protocolo: 552453

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

**PORTARIA Nº 530/2020 – GAB/SEAP
Belém/PA, 09 de junho de 2020.**

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor FABIANO LUIS DE SOUZA RAMOS, matrícula nº 5940850 como fiscal titular e a servidor MARCELO NAZARETH LOBATO matrícula nº 5919509 como suplente do Contrato Administrativo nº 026/2020/SEAP, celebrado entre a empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP, cujo objeto é a Aquisição de Armamento (ESPINGARDA) para uso desta Secretaria, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência e proposta da contratada, que é parte integrante deste contrato.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento

DÊ-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretario de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 552313

**PORTARIA Nº 532/2020 – GAB/SEAP
Belém/PA, 09 de junho de 2020.**

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor FABIANO LUIS DE SOUZA RAMOS, matrícula nº 5940850 como fiscal titular e a servidor MARCELO NAZARETH LOBATO matrícula nº 5919509 como suplente do Contrato Administrativo nº 031/2020/SEAP, celebrado entre a empresa TAURUS ARMAS S. A e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP, cujo objeto é a Aquisição de 15 (quinze) Fuzis Taurus, com recursos provenientes do FUNPEN 2019, para uso desta Secretaria, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência e proposta da contratada, que é parte integrante deste contrato.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento

DÊ-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretario de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 552314

**PORTARIA Nº 531/2020 – GAB/SEAP
Belém/PA, 09 de junho de 2020.**

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor FABIANO LUIS DE SOUZA RAMOS, matrícula nº 5940850 como fiscal titular e a servidor MARCELO NAZARETH LOBATO matrícula nº 5919509 como suplente do Contrato Administrativo nº 027/2020/SEAP, celebrado entre a empresa TAURUS ARMAS S. A e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP, cujo objeto é a Aquisição de Pistolas, para uso desta Secretaria, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência e proposta da contratada, que é parte integrante deste contrato.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento

DÊ-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretario de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 552316

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2019

Termo aditivo: 1

Data da assinatura: 08/06/2020

Classificação do Objeto: outros

Motivo: DO PAGAMENTO

Justificativa: O valor do presente contrato terá um acréscimo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), equivalente a 25% do valor contratado,